



SMED-BH

*Comum às especialidades de Professor Municipal de
1º e 2º Ciclos*

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna	1
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos.....	7
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; mecanismos de flexão dos nomes e verbos. emprego de tempos e modos dos verbos na Língua Portuguesa	8
Processos de formação de palavras	20
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação.....	21
Concordância nominal e verbal	26
Transitividade e regência de nomes e verbos.....	28
Padrões gerais de colocação pronominal na Língua Portuguesa.....	31
Mecanismos de coesão textual	33
Ortografia.....	35
Acentuação gráfica.....	36
Emprego do sinal indicativo de crase.....	38
Pontuação	39
Estilística: figuras de linguagem.....	44
Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	49
Variação linguística.....	51
Norma padrão.....	52
Exercícios.....	54
Gabarito.....	64

INFORMÁTICA BÁSICA

Utilização de diferentes linguagens midiáticas para desenvolvimento das práticas educativas.	1
Apropriação tecnológica.	1
Compreensão dos usos das tecnologias e da cultura digital no cotidiano escolar	2
Promoção de práticas pedagógicas, reflexivas, colaborativas e dialógicas utilizando recursos tecnológicos.....	3

SUMÁRIO



Papel e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.....	3
Letramento digital.....	4
Uso da tecnologia para ensinar, aprender e pesquisar.....	6
Exercícios.....	7
Gabarito.....	12

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas.....	1
Relações socioeconômicas e político-culturais da educação.....	14
Educação em direitos humanos, democracia e cidadania.....	26
A função social da escola.....	36
Inclusão educacional e respeito à diversidade.....	40
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.....	55
Didática e organização do ensino.....	67
Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem.....	89
Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica.....	92
Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino.....	101
Exercícios.....	104
Gabarito.....	111

PROCESSOS DE ENSINAR E APRENDER

Pedagogia da Infância.....	1
as diferentes dimensões humanas.....	12
os direitos da criança.....	19
Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais.....	33
A formação do pensamento lógico da criança.....	48
O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem.....	52
A alfabetização nos diferentes momentos históricos.....	57
A função social da alfabetização.....	59
As etapas do processo de alfabetização.....	66
A importância da consciência fonológica na alfabetização.....	68
A tecnologia a favor da alfabetização.....	69
A perspectiva infantil na fase da alfabetização.....	72

SUMÁRIO



A função social da escola pública contemporânea	73
Desenvolvimento da motricidade, linguagem e cognição da criança.....	76
O lúdico, os jogos, a interação, a brincadeira e o desenvolvimento infantil.....	82
As intenções educativas do município de Belo Horizonte e o desenvolvimento de habilidades	107
Educação e sustentabilidade.....	108
Exercícios.....	110
Gabarito.....	122

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I - da Educação	1
Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações.....	6
Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE)	35
Resolução CNE/CP nº 02/2017, institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) .	38
Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	48
Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	117
Leis Federais nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.....	150
Exercícios.....	151
Gabarito.....	155

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



Informática Básica

Os meios de comunicação são ferramentas que tem o poder de oferecer ideias e experiências inovadores nos ambientes educacionais, gerando um grande avanço na educação. Indispensável mencionar a importância das relações sociais no processo de aprendizagem dos alunos independentemente da idade; e com o agravamento do uso excessivo das mídias sociais o processo de identificação dos alunos com o grupo social que desejam pertencer depende totalmente do acesso à informação que é fornecida instantaneamente e à cultura divulgada através de diferentes meios de comunicação. Desse modo, as linguagens midiáticas na educação dependem da criação de identidades, alcançando os alunos não apenas de forma intelectual, mas de modo que os vincule a algo para suprir a necessidade de pertencer a grupos.

Várias didáticas vêm sendo estudadas com o avanço da tecnologia, mas ainda não podem ser aplicadas devido ao acesso à tecnologia que nem todos os contextos sociais usufruem. Porém a maioria dos professores já adotaram metodologias que incluem uso das linguagens midiáticas dentro da sala de aula. A propagação da informação vem sendo feita de modo que se encaixe no momento atual da tecnologia, transformando a informação em conhecimento no conhecimento dos alunos. Não apenas a informação propagada, mas também o modo de avaliar os alunos está cada vez mais moderna, provas são feitas remotamente e corrigidas em questão de segundos por programas desenvolvidos por essa finalidade.

O uso das linguagens midiáticas na educação vem propiciando grandes alterações no modo de ensino e no modo de aprendizagem. Com o a utilização dessas linguagens nas escolas, alunos e professores comunicam-se de forma versátil e apesar da comodidade e facilidade à informação, a cultura do “faça você mesmo” famosa virtualmente nos dias atuais vem sendo adotada nas escolas por meio das atividades escolares preparadas e inseridas justamente para serem realizadas através das novas tecnologias. Com esse modo de interação rápida e prática, existem também possibilidades diferentes em relação ao tempo que levaria um trabalho cooperativo no ambiente físico de uma sala de aula e de uma sala virtual; isso potencializa o uso das linguagens midiáticas nesses trabalhos para que possam surgir novos métodos de aprendizagem.



Apropriação tecnológica.

Atualmente, os dados baseados nas pesquisas revelam uma apropriação e crescimento do uso tecnológico em diferentes âmbitos da sociedade. Fazemos o uso constante dos mais variados tipos de eletrônicos e recursos tecnológicos; na sociedade contemporânea, dormimos ao lado do celular e muitas vezes é a primeira atividade que praticamos ao acordar. Já que os apetrechos tecnológicos e a vida virtual se tornaram as atividades mais praticadas e o “ambiente” mais vivido pelo homem, por que não usar isso para seu próprio benefício e desenvolvimento?

A apropriação tecnológica se dá por todas as vezes que menos favorecidos inseridos numa sociedade tecnológica, interagem com esses recursos em suas vidas por meio de práticas e rotinas de trabalho; como por exemplo, quando um jovem de periferia consegue comprar um celular de última geração; quando uma criança participa do grupo virtual de sua sala de aula; quando as vagas de teletrabalho que são preenchidas aos



Genericamente, podemos dizer que a perspectiva redentora se traduz pelas pedagogias liberais e a perspectiva transformadora pelas pedagogias progressistas.¹

Assim vamos organizar o conjunto das pedagogias em dois grupos:

<u>Pedagogia Liberal</u>	<u>Pedagogia Progressista</u>
<ul style="list-style-type: none">- Tradicional- Renovada Progressivista- Renovada Não Diretiva- Tecnicista	<ul style="list-style-type: none">- Libertadora- Libertária- Crítico-Social dos Conteúdos

É evidente que tanto as tendências quanto suas manifestações não são puras nem mutuamente exclusivas o que, aliás, é a limitação principal de qualquer tentativa de classificação. Em alguns casos as tendências se complementam, em outros, divergem. De qualquer modo, a classificação e sua descrição poderão funcionar como um instrumento de análise para o professor avaliar a sua prática de sala de aula.

Pedagogia Liberal

A Pedagogia Liberal é voltada para o sistema capitalista e esconde a realidade das diferenças entre as classes sociais. Nessa pedagogia, a escola tem que preparar os indivíduos para a sociedade, de acordo com as suas aptidões individuais, por isso os indivíduos precisam aprender a se adaptar aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes através do desenvolvimento da cultura individual.

A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. Historicamente, a educação liberal iniciou-se com a pedagogia tradicional e, por razões de recomposição da hegemonia da burguesia, evoluiu para a pedagogia renovada (também denominada Escola Nova ou Ativa), o que não significou a substituição de uma pela outra, pois ambas conviveram e convivem na prática escolar.

Tendência Liberal Tradicional

Caracteriza-se por acentuar o ensino humanístico, de cultura geral, no qual o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa. Os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não tem nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais. É a predominância da palavra do professor, das regras impostas, do cultivo exclusivamente intelectual.

Papel da escola - consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos mais capazes. Caso não consigam, devem procurar o ensino mais profissionalizante.

Conteúdos de ensino - são os conhecimentos e valores sociais acumulados pelas gerações adultas e repassados ao aluno como verdades. As matérias de estudo visam preparar o aluno para a vida, são determinadas pela sociedade e ordenadas na legislação. Os conteúdos são separados da experiência do aluno e das realidades sociais, valendo pelo valor intelectual, razão pela qual a pedagogia tradicional é criticada como intelectualista e, às vezes, como enciclopédica.

Métodos - baseiam-se na exposição verbal da matéria e/ou demonstração. Tanto a exposição quanto a análise são feitas pelo professor, observados os seguintes passos:

- Preparação do aluno (definição do trabalho, recordação da matéria anterior, despertar interesse);

¹ LUCKESI C. Tendências Pedagógicas na Prática escolar. 2011



“Que eu jamais possa dizer a uma criança que seus sonhos são impossíveis, será uma tragédia para o mundo se eu conseguir convencê-la disso”.(AD)

No passado, acreditava-se que a criança só podia entrar na escola aos cinco anos. Hoje se sabe que, quanto mais cedo isto acontecer, melhor. Os três primeiros anos são os mais importantes para o desenvolvimento cerebral. A educação infantil é extremamente importante para o desenvolvimento integral do ser humano. Os estímulos que uma criança recebe nos primeiros anos de vida definem seu sucesso escolar e seu desenvolvimento. O primeiro papel da escola é levar a criança à plena realização de si mesmo.

Ao aprender construindo aprende-se para a vida. Devemos como educadores possibilitar a elaboração de uma identidade múltipla promovendo o respeito às diferenças, à divergência, em direção ao pluralismo ao escutar e à ajuda recíproca. A escola infantil é um comunitário de aprendizes, quando concebemos que as crianças são “aprendizes da comunidade”, na medida que se propõe uma dupla identidade: a “criança de casa” (com saberes construídos) e a “criança aprendiz” (com saberes que serão construídos). A prática didática deve prever o aprendizado cooperativo, o desenvolvimento metacognitivo, a base dialógica, a legitimação das diferenças, as experiências contextualizadas e os papéis alternados.

A criança como sujeito social histórico, estabelece no seu presente, a identidade de portadora e produtora de cultura. Nesse sentido a infância passa a ser considerada como tempo de “Preparação para...”, sonhar, brincar, sorrir, jogar, desenhar, colorir. Com isso, tudo o que a criança tem direito, faz desse período de sua vida um momento em que ela é a protagonista do seu desenvolvimento como sujeito de sua história.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, estão contemplados os Fundamentos Norteadores, que priorizam os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais; assim como as práticas de educação e cuidados, que possibilitam a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.

Na Declaração Universal dos direitos da Criança proclamados pela ONU, os anos mais importantes para o desenvolvimento da criança são os seis primeiros. Nesses seis anos se forma a estrutura da personalidade e a base da sua afetividade, em torno da imagem que ela faz de si mesmo. Aos seis anos a criança já passou por várias experiências, como o amor ou a rejeição, o carinho ou a violência, o cuidado ou a indiferença, a certeza ou a dúvida, a alegria ou a ansiedade. Para desenvolver-se de maneira saudável e feliz, é preciso que a maior parte das experiências seja positiva.

Qualquer criança tem o direito de ser criança. Infelizmente, o que temos constatado é que elas estão sendo antecipadas a crescer, coagidas a amadurecer e a adotar responsabilidades, que não condizem com a sua faixa etária.

Desrespeitar o direito de ser criança prejudica o seu desenvolvimento emocional.

“É nessa fase da vida que se inicia a construção do ser autônomo, crítico e criativo, sem o que, um país não poderá jamais alcançar o pressuposto tão almejado qual seja de um povo livre e independente, quer política, econômica, intelectual ou cientificamente”. (Prof. Roberto Nicolau Schorr).

Enfim, a criança é um ser que se constrói, constrói sua cidadania e, neste processo, precisa ser criança, precisa ter tempo para brincar, tempo para poder ser criança.

Dessa maneira, ela precisa ser compreendida como um ser complexo e contextualizado frente à realidade em que vive. Reafirma-se, assim, a concepção de criança como cidadã, como sujeito histórico, criador de cultura, devendo sua educação ter o mesmo grau de qualidade que se exige para as demais etapas da educação.

A partir disso, podemos sintetizar a prática da educação infantil em quatro aspectos fundamentais:



CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)